

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: DISCURSO OFICIAL
E CONDIÇÕES CONCRETAS DE IMPLANTAÇÃO

Elena Viveiros Jarry e Maria de Fátima dos Santos Vieira Série

Documental: Relatos de Pesquisa, n.12, out./1993

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DIRETOR
Divonzir Arthur Gusso

COORDENADORA DE PESQUISA
Margarida Maria Souza de Oliveira

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO Luís
Carlos Veloso

COORDENADOR DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Tancredo Maia Filho

GERENTE DO PROGRAMA EDITORIAL
Arsênio Canísio Becker

SUBGERENTE DE DISSEMINAÇÃO E CIRCULAÇÃO Sueli
Macedo Silveira

GERENTE DO CENTRO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS EM EDUCAÇÃO
Gaetano Lo Mônaco

RESPONSÁVEL EDITORIAL
Cleusa Maria Alves

REVISÃO
Cleusa Maria Alves
Gislene Caixeta

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Maria Ângela T. Costa e Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Celi Rosalia Soares de Melo
Francisco Edilson de C. Silva

APOIO GRÁFICO Celi Rosalia
Soares de Melo Maria Madalena
Argentino Mirna Amariles
Beraldo

SÉRIE DOCUMENTAL: Relatos de Pesquisa, n.12

Tiragem: 360 exemplares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: DISCURSO OFICIAL E CONDI- ÇÕES CONCRETAS DE IMPLAN- TAÇÃO

Elena Viveros Jarry
Maria de Fátima dos Santos Vieira
(Coordenadoras)
Elizabeth de Camillis
Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Edmilson Alves de Azevedo

O artigo-síntese, exigência do convênio de financiamento de pesquisa nº 40/89, firmado entre o INEP e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja conclusão se deu em março de 1991, é de responsabilidade de suas coordenadoras. O relatório final encontra-se à disposição, no INEP, para consultas *in loco*. Os interessados em adquirir fotocópias poderão solicitá-las à Coordenadoria de Pesquisa ou à Subgerência de Disseminação e Circulação deste Instituto, mediante pagamento.

Brasília/1993

APRESENTAÇÃO

Uma das funções institucionais do INEP consiste em prover e estimular a disseminação e discussão de conhecimentos e informações sobre educação, visando seu desenvolvimento e domínio público, através de sua produção editorial.

Com o objetivo de contribuir para a democratização de parte desses conhecimentos, de modo mais ágil e dinâmico, o INEP criou recentemente as *Séries Documentais*, com o mesmo desenho de capa: elas formam um novo canal de comunicações, diversificado quanto a público, temática e referência; abrangendo vários campos, elas podem alcançar, com tiragens monitoradas, segmentos de público com maior presteza e focalização; cada série poderá captar material em diferentes fontes (pesquisas em andamento ou concluídas, estudos de caso, *papers* de pequena circulação, comunicações feitas em eventos técnico-científicos, textos estrangeiros de difícil acesso, etc).

São as seguintes as séries:

1. *Antecipações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos por pesquisadores nacionais, cuja circulação está em fase inicial nos meios acadêmicos e técnicos.
2. *Avaliação* tem o objetivo de apresentar textos e estudos produzidos pela Gerência de Avaliação.
3. *Estudo de Políticas Públicas* tem o objetivo de apresentar textos e documentos relevantes para subsidiar a formulação de políticas da Educação.
4. *Eventos* tem o objetivo publicar textos e conferências apresentados em eventos, quando não se publicam seus anais.
5. *Inovações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos pelo Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (CRIE).
6. *Relatos de Pesquisa* tem o objetivo de apresentar relatos de pesquisas financiadas pelo INEP.
7. *Traduções* tem o objetivo de apresentar traduções de textos básicos sobre Educação produzidos no Exterior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
O DISCURSO OFICIAL E AS CONDIÇÕES CONCRETAS	7
OS EIXOS	7
(Des) Burocratização do Sistema	7
Co-Participação (Democratização).....	7
Descentralização do Poder	7
Dependência Financeira (Recursos)	8
Dependência Política	8
TRABALHANDO COM OS EIXOS NA PESQUISA.....	8
(Des)Burocratização do Sistema	8
Co-participação (Democratização)	9
Descentralização do Poder	10
Dependência Financeira (Recursos)	11
Dependência Política	12
CONCLUSÃO.....	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

INTRODUÇÃO

A problemática do ensino básico no Brasil e na América Latina é já bem conhecida. Discute-se muito a democratização do ensino.

Na segunda metade da década de 80, uma diretriz aponta a descentralização do ensino como uma política educacional capaz de responder aos anseios de solução dos problemas relativos à democratização do ensino público.

Essa tendência, em geral, na América Latina, é originada nos governos dos diversos países (democracias representativas ou ditaduras militares) como uma "saída" para o Estado, que imprime à proposta de descentralização das políticas sociais (educação e saúde, principalmente) o cunho de "modernização". Enquanto, aparentemente, através da argumentação discursiva, busca atingir a democratização pela descentralização dos serviços públicos, na prática, o que o Estado mais intenta é desincumbir-se de tão onerosa tarefa que lhe é cabida.

Tratando-se especificamente da educação, faz-se necessário aqui registrar o discurso oficial federal (no Brasil) sobre a descentralização do ensino.

Em 14 de maio de 1987, o MEC, através de sua chefia de gabinete, pronunciou-se em Joaçaba/SC, por ocasião do encerramento do III Congresso Catarinense de Secretarias Municipais de Educação, sobre a gestão da municipalização do ensino.

No documento que registra o pronunciamento, diz o chefe de gabinete:

"... é necessário que se inicie um processo de inversão das expectativas de concen-

tração cada vez maior e é importante que a educação dele participe e, inclusive, pelo seu exemplo, caminhe na frente com coragem, procurando formas, mostrando que é possível, enquanto se aguarda a nova sociedade, a sociedade desconcentrada." (Delia Giustina, 1987, p.4)

Nota-se, sobremaneira, uma tendência do MEC de que a educação siga na frente como estandarte de um processo de descentralização geral que deve ser iniciado.

A partir de 1988, pela nova Constituição (Art. 211, § 2º), o município assume maiores responsabilidades para com o ensino fundamental. Deste modo,

"os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar." (Brasil. Constituição, 1988, p.95)

Referindo-se especialmente ao caso nordestino, o ensino municipal, mesmo abrangendo 55% (Jarry e Carvalho, p.7) das matrículas, reflete-se em uma análise mais aprofundada, em mínima expressão, no atendimento às necessidades reais de um eficiente ensino fundamental. Na Paraíba, por exemplo, a responsabilidade maior dos municípios para com o ensino básico corresponde apenas à primeira fase do 1º grau.

Assim, o polêmico debate que acontece em torno da municipalização do ensino no Brasil nos instigou a realizar um trabalho de pesquisa com os objetivos de:

— analisar o discurso oficial sobre o processo de municipalização do ensino em diferentes manifestações e instâncias, contemplando a esfera federal, estadual e municipal;

— analisar as condições concretas em que serão ou estão sendo aplicadas as políticas de municipalização do ensino na capital do Estado da Paraíba;

— avaliar as possibilidades, entraves e implicações da implementação do processo de municipalização do ensino, com base nos

pressupostos veiculados e nas condições concretas observadas.

O DISCURSO OFICIAL E AS CONDIÇÕES CONCRETAS

No que diz respeito ao problema da municipalização do ensino no Brasil, podemos detectar várias formas de manifestações discursivas que representam a área oficial sobre essa problemática.

A análise de formas discursivas nos permitiu avaliar até que ponto existe uma solução de continuidade entre aquilo que é efetivado na prática discursiva e suas várias manifestações e as políticas reais implementadas pelas várias instituições que se prendem à esfera do instituído e oficial.

O discurso oficial de que tratamos diz respeito aos posicionamentos dos representantes oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC/ PB), da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado da Paraíba (SEC/PB) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em entrevistas realizadas e/ou em publicações sobre o tema.

No procedimento de análise das condições concretas foram trabalhados alguns dados estatísticos sobre a caracterização sócio-econômico-pessoense, bem como foram realizadas observações no sentido de se examinar as condições concretas em que se dá o ensino em João Pessoa.

OS EIXOS

Para garantir a condução e o exame de questões apontadas nas discussões sobre o

tema da descentralização do ensino, debruçamo-nos sobre alguns eixos pinçados dos debates acerca do processo de municipalização do ensino, em nível nacional.

(Des) Burocratização do Sistema

Aqui devemos compreender o processo de complexificação ou não da máquina administrativa em relação à possibilidade de implantação da municipalização já que

"tanto no regime autoritário como no democrático surgiram e surgem pressões junto à burocracia estatal, que levam, conforme o caso, à fragmentação institucional ou à desfragmentação e fortalecem ou não a burocracia." (Machado, 1987, p.28)

Co-Participação (Democratização)

O entendimento aqui é dirigido no sentido de observarmos como está sendo encaminhada a participação democrática no processo de municipalização do ensino. A democratização, então, pode ser definida como

"ampliação do acesso da maioria da população às instâncias de decisão e aos benefícios da intervenção pública." (Arelaio, 1989, p.22)

Descentralização do Poder

O que pretendemos verificar diz respeito às relações entre as diversas instâncias da representação oficial pública municipal, estadual e federal de educação no tocante à descentralização do poder e que se referem às intenções ou ações do Estado acerca do

processo de municipalização do ensino. Para nós a

"descentralização e o fortalecimento da autonomia municipal podem ser entendidos como medidas que favorecem a construção e o crescimento do poder popular." (Arelaio, 1989, p.26)

Dependência Financeira (Recursos)

Em relação à municipalização do ensino, o termo refere-se principalmente à aplicação ou não dos preceitos constitucionais referentes à destinação dos recursos do Estado para a educação fundamental. Assim,

"adotar uma sistemática de convênios que retém na mão do governo federal ou estadual a decisão de quanto e quando repassar recursos é de todas as práticas autoritárias a mais funesta, porque mantém o município numa dependência ignóbil e contrária ao espírito da nova Constituição." (Mello, 1990, p.8)

Dependência Política

A política de pessoal e recursos para a educação é perpassada, muitas vezes, por uma prática chamada "clientelismo".

"Definiremos o clientelismo como uma prática política que consiste no intercâmbio de voto por favores, entre um determinado chefe ou organização política e seus eleitores com os quais cria um forte componente de lealdade e dependência pessoal." (Andrade, 1988, p.3)

TRABALHANDO COM OS EIXOS NA PESQUISA

Na apresentação dos eixos, coube-nos proceder uma compreensão indispensável pa-

ra que agora pudéssemos, especificamente, focalizar nosso trabalho. A compreensão de que tratamos foi fundamental para direcionarmos inicialmente a organização dos materiais e instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevistas, principalmente) e, para a análise dos dados coletados.

Desta forma, os eixos são aqui, particularmente, reapresentados:

(Des)Burocratização do Sistema

Quanto à (des)burocratização do sistema, a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa/PB, em resposta à questão sobre a possibilidade de um aumento de pessoal na máquina administrativa, em relação ao processo de municipalização do ensino, diz o seguinte:

"Em termos burocráticos, talvez não, mas em João Pessoa aumentaria, no aspecto de pessoal, principalmente pessoal da escola. Nós iríamos assumir quantas escolas e quantos alunos?"

Na resposta da Secretária percebe-se o temor da sobrecarga em termos de novo pessoal (das escolas principalmente) que deveria ser assumido pelo município de João Pessoa, caso o processo de municipalização viesse a se concretizar.

Em um depoimento, o diretor de uma escola municipal diz que um dos grandes problemas que enfrenta em sua administração é o número excessivo de professores que se dizem "incapazes física e mentalmente" de exercerem o magistério. Esses professores não se encontram em licença de saúde e não podem ser colocados à disposição da SEDEC, por orientação da mesma.

Assim, às mazelas do ensino pessoense, que em sua organização administrativa apresenta-se extremamente burocratizado em uma máquina "inchada", soma-se o desperdício dos escassos recursos disponíveis para contratação de pessoal docente, competente, sendo este um dos ônus pagos por um Estado onde impera o "protecionismo" ao funcionalismo público e o "cliente-lismo".

Co-participação (Democratização)

Sobre o processo de municipalização do ensino no aspecto da democratização, a Secretária de Educação do município fala o seguinte:

"Eu acho que isto não pode ser feito apressadamente. Acho que isto tem de ser pensado, tem que ser muito discutido e aí ver como pode ser feito, como pode acontecer o processo de municipalização."

Vemos, com o que foi exposto, que a Secretária percebe um processo não muito discutido quanto à municipalização do ensino.

A opinião da Secretária sobre o seminário "Municipalização da Educação Básica — realidade e perspectivas", promovido pela SEC/PB, realizado em João Pessoa, em abril de 1990, vem ilustrar sua fala anterior:

"Aquele seminário me deixou algumas indagações... Quando vamos para um encontro desses, gostaríamos de, pelo menos, escutar alguma coisa no sentido de como iria funcionar. Você ouve opiniões favoráveis, opiniões contrárias, mas você não ouve a forma de operacionalizar."

Fica claro aqui o posicionamento da Secretária de Educação que buscou no seminá-

rio, no discurso das autoridades estaduais e federal, diretrizes mais específicas para a forma de operacionalização do processo de municipalização do ensino, no caso de implantação.

A argumentação favorável, em geral, ao processo de municipalização do ensino aponta uma maior viabilização de democracia.

A participação no debate do Estado da Paraíba parece, porém, constituir-se numa forma elitista, haja visto que, para o referido seminário, foram convidados especialmente os prefeitos e secretários de educação dos municípios paraibanos.

A própria fala do Secretário de Educação do Estado da Paraíba ilustra bem o que acima está colocado.

"Nós estamos discutindo democraticamente a questão da municipalização, trazendo aqui aqueles a quem me parece, porque nos interessa mais de perto, que são os prefeitos e seus representantes..."

Percebe-se que, para o representante da SEC/PB, os prefeitos e seus representantes (os convidados) adquirem supremo papel no debate sobre o processo de municipalização.

A sociedade civil organizada e sua representação pareceu, porém, não receber o mesmo tratamento.

Por onde, então, passaria a discussão "democrática" na manifestação acima citada, quando a genuína representação popular não é ouvida?

Certamente, a representação da sociedade civil organizada está longe de participar,

efetivamente, dos debates nas instâncias de decisão, quando são tratadas as políticas públicas para a educação.

Descentralização do Poder

Perguntado a respeito da descentralização do poder, entre outras coisas, o Secretário Estadual de Educação do Estado da Paraíba responde à Revista Nova Escola:

"... nenhuma atividade humana é desenvolvida sem risco. Qualquer mudança pressupõe a existência de risco. Quando o governo estadual transfere para o município alguma atribuição, ou quando a Constituição estabelece atividades para o município, deve transferir também responsabilidade, autoridade, poder e recursos." (Barbosa, 1990, p.20 e 21)

Nos indagamos, nesse ponto, porque o governo, em nível nacional, propõe um risco para ser assumido pelas esferas mais desassistidas da Nação, quando sabemos que o sucesso efetivo de um projeto nacional de educação, que contemple o acesso e permanência de todos os alunos na escola fundamental, não tem sido objetivo de governos que se intercalam no poder.

A questão é bastante polêmica e deve registrar, ainda, a preocupação da representante da SEDEC:

"O governo federal inventa as coisas dele de cima para baixo... A base não está preparada. Não sabe como vai fazer. Eles mandam os encargos e não mandam os recursos".

Descentralizar as tarefas e centralizar os recursos parece, neste caso, uma bela combinação para se concretizar de fato a falência da escola pública. Isso tem conteúdo,

embora na Constituição haja um preceito (Art. 211, § 1º) que prevê a assistência técnica financeira aos estados, territórios e municípios, por parte da União.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba (SINTEP), através de seu Diretor de Educação, faz um chamamento e expõe seu posicionamento, em relação ao processo de descentralização do poder:

"Educadores, a autonomia do município não será aumentada, nem diminuída. Ela permanece amarrada à deliberação que vem de Brasília. Isso não vai melhorar em absolutamente nada essa autonomia. Os prefeitos sabem disso".

Estranha-se, a princípio, a resistência dos professores que sempre lutaram pela descentralização do poder... Mais profundamente, porém, observa-se que existe uma forte resistência do movimento docente em aceitar a descentralização do ensino da forma antidemocrática como vem se apresentando.

Compreende-se, portanto, essa queixa quando a descentralização não significa autonomia; quando a descentralização significa riscos que não se está a fim de assumir; quando descentralização significa fragmentação da luta dos professores em sua organização de base; quando descentralização do poder pode ainda significar mais um mecanismo de manutenção deste mesmo poder.

Dependência Financeira (Recursos)

A preocupação quanto à questão dos recursos é unânime nas secretarias municipais de educação de algumas capitais do

Nordeste. Há uma queixa geral no que se refere ao repasse das verbas federais para o município.

Este acontece de forma bastante morosa e a quantia de verbas é insuficiente.

Constata-se na fala da representante da SEDEC que, ao município, é destinada uma responsabilidade muito grande já que o governo federal vem se omitindo da tarefa de oferecer condições mínimas para a educação fundamental, havendo a desconfiança no cumprimento do disposto na Constituição 1988, p.95:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistema de ensino." (Art. 211)

"... porque você está ouvindo falar em municipalização em todos os níveis da administração, em todos os setores da administração. Aí, de repente, você vai arcar com um peso muito grande, maior do que a sua condição física... Então eu fico olhando com apreensão. Porque eu temo que aconteça isso: uma ausência total do governo federal, por exemplo ... em termos da educação, o governo federal se omite totalmente e o município tem que assumir tudo. Isso preocupa realmente!"

Atendo-se ao orçamento da SEDEC, para o exercício de 1990, verificamos que a verba destinada à construção e recuperação de escolas e à reciclagem de pessoal ainda (agosto/90) não foi repassada do Ministério da Educação para a SEDEC.

O artigo 192 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa atende ao disposto no artigo 213, da Constituição Federal:

"O poder municipal poderá alocar recursos a escolas comunitárias, filantrópicas

ou confessionais que comprovem sua função social, sua finalidade não lucrativa, e que apliquem seus excedentes financeiros em educação atendido, prioritariamente, o disposto na Constituição Federal."

Verifica-se que em João Pessoa o poder executivo promove a concessão de bolsas de estudo, conforme o disposto na Lei 4.041/82. O artigo 9º de outra lei (5.982/ 89) configura bem esta concessão:

"O programa de bolsas de estudos destina-se a suprir e complementar o número de vagas oferecidas pelo poder público municipal, não sendo admitido que o valor total de bolsas de estudos de cada estabelecimento ultrapasse o valor do ISS devido."

Pela informação da própria Secretaria as bolsas de estudo destinam-se, porém, a funcionários ou filhos de funcionários e incluem bolsas de estudo integrais, inclusive no 2º grau.

Cabe aqui um questionamento:

— Porque os funcionários ou filhos de funcionários são privilegiados com bolsas de estudo enquanto não se universalizou a educação básica em João Pessoa?

— Por que existe a destinação de bolsas de estudo para o 2º grau quando pela Constituição (Art. 211, § 2º) o município atuaria prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar?

Para ilustrar, podemos citar, ainda, o caso de um município que sustentava uma instituição de 3º grau, quando a situação do 1º grau era precaríssima.

Em João Pessoa, observa-se uma grande proliferação de escolas particulares. En-

quanto o sistema escolar se privatiza, a omissão do poder público (do Estado) é constatada.

Toda essa problemática referente aos recursos (precariedade e má aplicação) reflete-se diretamente na questão quantitativa (absorção da população escolarizável) e na qualidade de ensino.

Dependência Política

No Nordeste existe a tradição de uma prática que utiliza, além de outros, o sistema educacional para atender aos interesses eleitores.

Essa prática chamada "clientelismo" se constitui em forte característica do sistema político dessa região.

Em João Pessoa, podemos citar o depoimento da ex-diretora do Departamento de Ensino do 1 Grau da SEDEC sobre essa situação:

"... e existia dois pesos e duas medidas: um professor com T40 e professor com T20. Mais uma questão do clientelismo! Quem tinha um pistolão conseguia T40 e ganhava mais. Quem tinha T20 ganhava 50% do T40. Isso criava problema na própria categoria... Você já ficava com medo de ser demitido pelo prefeito e depender de um vereador".

Em visita a algumas escolas e à SEDEC percebemos alguns "problemas", tais como: a existência de motoristas nas escolas quando estas não dispõem de carro, desvio de funções e, ainda, a existência de 132 professores leigos que representam um percentual de 5,28% num universo de 2.500 professores.

A proposta de municipalização do ensino prevê a implantação do estatuto do magistério para a sua concretização.

Em João Pessoa, existe o estatuto do magistério municipal, porém o estatuto não é aplicado para garantir ao magistério as condições efetivas para a sua sobrevivência. Obrigam-se, assim, os professores a procurarem outros empregos paralelos. Apresenta-se o estatuto, desta maneira, como um documento pró-forma.

No estatuto (1985) a política da administração municipal confere à educação um tratamento prioritário,

"de modo a proporcionar às atividades de ensino um mecanismo operacional necessário à obtenção de alto grau de rentabilidade."

Um fato registrado, ainda na gestão anterior, constitui-se na descoberta de diplomas falsos de pessoas semi-analfabetas que recebiam cargos de professor:

"... foi quando a gente começou a fazer a triagem, exigir o original dos certificados de conclusão... porque teve gente nomeada, com licenciatura plena, semi-analfabeta. Quer dizer, a nomeação era como professor licenciado. Então, a gente detectou xerox de diploma falso (não era o diploma falso). Eles não tinham nenhum original... nós detectamos duzentos e tantos casos desses."

Configurando o traço clientelista podemos exemplificar alguns mecanismos e favorecimentos, verificando, portanto, que a prática do "apadrinhamento" subsiste no município como tônica dada à maneira de se fazer política.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que não há uma manifestação discursiva e ações aparentes expressamente direcionadas ao processo de municipalização do ensino na SEDEC (esfera municipal do ensino público pesso-ense). Contudo, a manifestação discursiva da representante da SEDEC é caracterizada pelo temor de que se efetive um processo não discutido profundamente. Nota-se, sobremaneira, a preocupação com os recursos e diretrizes que deveriam advir das instâncias estaduais e da União, no caso de consolidação do processo de descentralização do ensino.

Por outro lado, claramente observamos na fala da representante da SEC/P3 (esfera estadual do ensino público paraibano) que há uma vontade expressa e ações programadas para a efetivação do processo de municipalização do ensino fundamental, na Paraíba. A manifestação discursiva da SEC/PB propõe, assim, uma mudança e faz um convite ao risco.

Conduzidos pelos eixos que nortearam nossa pesquisa verificamos que, quanto à:

1. *(Des) burocratização do sistema*, dificilmente, a tendência será a de diminuir a burocracia no sistema de ensino.

2. *Co-participação (democratização)*, a prática dos dirigentes educacionais, que propõe a municipalização do ensino, não é conduzida pelo princípio pleno de democracia.

3. *Descentralização do poder*, a autonomia do município não será atendida, cabendo-lhe substancialmente os encargos maiores para com a educação fundamental.

4. *Dependência financeira (recursos)*, os recursos recebidos pelo município são insuficientes, verificando-se também a má aplicação das verbas públicas para o ensino público.

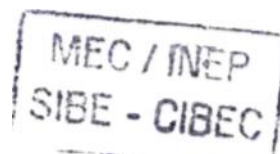
5. *Dependência política*, as relações clientelistas são facilmente reconhecidas na observação do sistema educacional do município.

Do particular para o geral devemos pontuar o nosso temor de que a transferência da educação do 1º grau, sob a responsabilidade da esfera estadual, para a esfera municipal, possa prejudicar o quadro do ensino público, que há muito se apresenta caótico.

Os pressupostos subjacentes à proposta do discurso oficial e as condições concretas que apresentam os municípios parecem pouco conjugar-se para a implantação e implementação do processo de municipalização do ensino. A incongruência entre intenções possíveis (ou desejáveis), implicações e a infraestrutura dos municípios brasileiros, em geral, não permite que à municipalidade seja entregue a responsabilidade maior para o ensino de 1º grau.

Assim, do discurso à prática, os caminhos são muito tortuosos e se orientam por dinâmicas e ideologias diferentes.

Muito há que se fazer, ainda, para que as práticas reflitam o discurso e que o discurso manifeste a vontade da maioria em proceder uma mudança coletiva para uma "modernização" que, ao contrário de conservar o *status quo*, signifique plena democracia, onde os direitos humanos, entre eles, o da educação, estejam seguramente contemplados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Antônia Afonso de. Notas sobre clientelismo, coronelismo e representação política. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 1988. (NDIHR 1988).
- ARELAIO, Lisete Regina Gomes. A municipalização do ensino e o poder local. *ANDE*, São Paulo, n.14, p.22, 1989.
- BARBOSA, Adelson. Municipalização é importante mas exige recursos e participação. *Nova Escola*, São Paulo, n.37, p.20-21, mar. 1990.
- BRASIL. Constituição. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- DELLA GIUSTINA, Oswaldo. *A municipalização da educação*. Brasília: MEC, 1987.
- JARRY, Elena Viveros, CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Democratização e qualidade do ensino de primeiro grau: o caso da Paraíba*. João Pessoa: SUDENE: UFPB, CE. mimeo.
- MACHADO, Lia Zanotta. Política pública e educação. Brasília: INEP, 1987. (Série Encontros e Debates, 1).
- MELLO, Guiomar Namo de. A municipalização e a questão do papel do Estado na sociedade brasileira. *ANDE*, São Paulo, n.16, p.8, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)